

ALVORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 271 do 6.º Ano—N.º 21

Editor, Abel de Vasconcelos Cardozo

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da República

Guimarães, 3 de Fevereiro de 1916

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesa

MANUEL BUIÇA

Não discutamos se o professor Manuel Buiça fêz bem ou fêz mal; não discutamos se os meios de que se serviu são licitos ou reprováveis. Ainda mesmo que o acto que êle praticou o tivesse constituído em mora, como se diz em linguagem forense; ainda mesmo que se tivesse posto em conflito com a sociedade, morreu, pagou, expirou!

Analizemos essa psicologia á luz do único documento fotografado pelo «Mundo». São meia dúzia de linhas regulares, sóbrias, serenas, traçadas com mão firme. Foram escritas três dias antes do atentado, sem exaltações, sem veemência, quasi sem paixão. O preciso, unicamente o preciso para salvar os seus. Nem uma palavra a mais, nem uma palavra a menos; de si nem uma sílaba. Primeiro a Pátria; depois a família; de si nem pensa.

E' a renúncia absoluta dos primitivos tempos apostólicos. Manuel Buiça não existe para Manuel Buiça. Manuel Buiça fundiu-se na emanação astral da Pátria. O seu corpo desapareceu; já o julga verme, podridão, pó. A sua alma, essa, flutua. E' lâbaro, é bandeira, é cruz, é pregação, é aléluia, é hossana. O próprio sentimento da paternidade se confunde, na prosa lapidar do seu testamento com a desobriga de um dever. Três dias antes do atentado, tudo quanto havia de humano em Manuel Buiça fora absorvido no seu ideal patriótico. Três dias antes do atentado Manuel Buiça já não é uma realidade; é um simbolo.

Na verdade, três dias antes do atentado, Manuel Buiça já não é êle. E' uma coisa que o peso não pesa, que o metro não mede, que o reagente não verifica, mas que é a expressão de uma força,

da maior força, da suprema força: a *consciência pública*. Essa força move-o como o vento move uma pena, como a vaga balouça uma boia. Ele pertence-lhe inteiramente; é a sua criatura, o seu braço, a sua arma, o seu protesto, a sua resposta, a sua desforra. Empurrado por essa força, Manuel Buiça deixa-se levar para o futuro. No caminho encontra um obstáculo, suprime-o; suprimiria quantos encontrasse!

Na expressão da sua última vontade não há orgulho, nem vaidade, nem fanfarronada, nem pose. Ao invés de quasi todos, senão todos os grandes halucinados da história, Manuel Buiça é natural como a própria natureza. O seu acto não lhe parece heróico, nem bravo, nem sequer pouco vulgar. O amor pátrio é nele tam absorvente e o desinterêsse tam perfeito que o diríamos estupefacto de que toda a gente não fizesse outro tanto.

Em Manuel Buiça nem referve o ódio. No seu testamento não há uma palavra acerba, amarga, azeda ou mal soante. Pessoalmente Manuel Buiça não tem de quem vingar-se. Uma fatalidade oprime a Pátria; Manuel Buiça procura arredá-la, mas sem malquerença, sem raiva, sem o feitiço de quem exerce uma represália. A sua prosa parece murmurar:

—Que penal Mas se é preciso!

Pensem o que pensarem do acto; o que não tem dúvida é que o agente é uma figura de singular grandeza! Não conhecemos outra. E' única! E' una e inteiriça como um bloco. Mirem-no e remirem-no. Não tem uma fenda, um veio, uma solução de continuidade. Está cheia a scena histórica de criaturas abrasadas no amor da Pátria, mas daquela raça não há dois.

Muzeu
Arqueológico
da
Sociedade
Martins
Sarmiento



Morrer assim, indiferentemente, quasi desdenhosamente, sem compor a toga, sem uma frase, sem um gesto pelos outros, é façanha que não ocorre todos os dias e que dá direito a um epíteto certamente outro que o de banal assassino.

Cada vez compreendemos melhor que muita gente tivesse confiado a êsse homem a educação dos filhos. Eles poderiam ter, numa hora de agonia, um momento de *halucinação*, mas de *pulhice*, ah! isso nunca!

Cunha e Costa.

O testamento do professor Buiça

«Apontamentos indispensáveis, se eu morrer:

Minha familia vive em Vinhais, para onde se deve participar a minha morte ou o meu desaparecimento, caso se deem. Meus filhos ficam pobrissimos; não tenho nada que lhes legar senão o meu nome e o respeito e compaixão pelos que sofrem.

Peço que os eduquem nos principios da liberdade, igualdade e fraternidade em que eu comungo, e por causa dos quais ficarão, porventura, em breve orfãos.

Lisboa, 28 de Janeiro de 1908.

Manuel dos Reis da Silva Buiça.»

O regicídio e a imprensa CATÓLICA

Depoimento do falecido jornalista, católico Dr. Abundio da Silva, que foi redactor da «Palavra»:

«Foi na imprensa católica portuguesa que se feriu a Senhora D. Amélia na sua honra de mulher; foi nessa imprensa que se tratou el-rei de manequim, se lhe disse que a sua situação era tam miserável que não encontrava princesa que o quizesse, e se lamentou que se perdesse ou não tivesse outros efeitos o tiro que em 1 de Fevereiro de 1908 foi também disparado contra o infante Duque de Beja».

...;E hoje, muitos destes tartufos, representantes de tal imprensa e de tais católicos, vão, de ares compungidos e mãos em cruz sobre o peito, carpir e orar alto pelas régias vítimas! Ah, corja de intrujões! de vilíssimos hipócritas!

Os amigos... das régias vítimas!

Quando os cadáveres do rei e mais de seu filho foram depositados no Arsenal de Marinha, nenhum dos seus áulicos de então e censores de hoje lá apareceram.

Nas Câmaras dos representantes do país só uma voz ali se levantou a honrar a memória das régias vítimas: Foi a do Conde de Arnoso. Hoje... é um carpir pegado!

O regicídio e a imprensa MONÁRQUICA

«Uma revolução não se faz sem haver-se criado antes uma, digamos assim, atmosfera revolucionária.

Este estado sensível da mentalidade colectiva esteve criado, existiu fortemente carregado de nuvens ameaçadoras, mas purificaram-no os acontecimentos, como os raios limpam os ares depois das tempestades.»

(«Diário Popular» Fevereiro de 1908.

A tragédia do Terreiro do Paço foi o acontecimento que purificou a mentalidade colectiva, que limpou os ares carregados de nuvens, conforme o disse o órgão regenerador.

«... e como só um povo de lama poderia suportar, longamente, semelhante estado de coisas, vem daí a nossa persuasão de que esta ditadura ha de ter um fim excepcionalmente ruidoso.

(Do Correio da Noite, de 8 de Janeiro de 1908)

A ditadura Franco derruiu com o regicídio, porque, felizmente, «só um povo de lama poderia suportar, longamente, semelhante estado de coisas», como escrevia então o órgão progressista.

Hoje, porém, fingem-se outros, dizendo que não foi alívio, mas dôr o que então sentiram, batendo contritamente no peito—os eméritos histriões!

O rei suicidou-se!

«Mal está para aquêles que só pela violência e pelo terror se podem sustentar...» (Carta de D. Carlos 1.º).

A ditadura de J. Franco foi a violência e foi o terror que fechou com o «despairado» decreto de 31-1-908.

Quem aconselhou a ditadura? Foi D. Carlos...

Foi um atentado nacional

«Foi um atentado nacional. Um raio esplêndido e pavoroso, exterminador e salvador. O raio condensou-se em duas almas, apenas, mas a electricidade que o gerou saiu da alma de nós todos. Todos nós somos cúmplices.

Mataram um grande criminoso e o seu filho inocente. E' horrível. Mas para eles, na sua concepção da história, materialista e fanática, o filho do rei era a vergonha da árvore; e a árvore de má sombra queriam corta-la pelo tronco. Ideia bárbara e cruel. Mas a violência desumana do acto formidável, reuniram-na os algozes heróicos lavando com o próprio sangue o sangue inocente que verteram. Mataram com atrocidade e com atrocidade foram mortos. Expiaram a dívida, purificaram o acto. E o acto, assim purificado, surge-nos grande e luminoso, na essência íntima.

Deu-nos a paz que fugira da Patria, deu-nos a alegria que se evolara das almas. Libertou-nos —harmonizou e serenou. Esses dois corpos plebeus, varados de balas, crivados de golpes, irradiam amor, affecto, descanso para a nação inteira.

10 de Fevereiro de 1908

Guerra Junqueiro.

Nós nunca pensamos matar o rei

«Nós nunca pensamos matar o rei. Matar não estava no nosso temperamento, na nossa educação e não estava no nosso programa político, ao qual a morte do rei em nenhuma circunstância poderia servir.

Antes do regicídio, ninguém, absolutamente ninguém pensou em tentar contra a sua vida. Nem os revolucionários de 28 de Janeiro a tiveram, nem por outros foi lembrada. D. Carlos esteve algum tempo sem aparecer, como que receoso de entrar em contacto com um povo, que sabia indisposto no mais alto grau contra elle. Mas, por vontade própria, ou por conselho de João Franco, mostrou-se de novo nas ruas de Lisboa depois da publicação do decreto dos adiantamentos e da entrevista do Temps. A sua attitude irritou como um desafio.

1908

João Chagas.

O PORTO

A visita do sr. Presidente da República e mais do chefe do governo à cidade do Porto foi brilhantíssima e marca para a capital do norte o início de grandes melhoramentos — fruto derivado da descentralização municipal.

Sob o ponto de vista do ensino popular é igualmente notável a obra levada a efeito pela actual verificação, bastando para isso salientar que a sua verba destinada à instrução é hoje de 190 contos, ou seja quatro vezes mais que em 1910, applicando na assistência escolar 30 contos.

Foi pois sob todos os aspectos significativa a comemoração do 25.º aniversário da revolta de Janeiro.

UM BAIRRO OPERÁRIO

—DE—

INICIATIVA CAMARÁRIA

Não há duas opiniões a tal respeito:—A obra mais urgente e mais simpática; mais de harmonia com as necessidades deste centro industrial importantíssimo e que mais fala, por isso mesmo, ao coração de quantos pelas classes trabalhadoras se interessam, é, sem contestação, a iniciativa de fazer construir um bairro operário.

E' sem dúvida complexo o problema da habitação, mormente quando se hajam de pôr ao seu serviço estes dois elementos fundamentais: casas higiénicas e baratas.

Sabemos, entretanto, que três serão os tipos de habitações a fazer construir, satisfazendo estas a rendas médias e mínimas. Quanto à escolha do local, é evidente que tendo este de se não distanciar muito do centro fabril, outro local talvez não esteja mais no caso que aquele que foi adoptado.

A Câmara Municipal merece, pois, os nossos encómios pela sua deliberação, encarregando um architecto de estudar o plano dessa obra,—projecto que já foi apresentado e cuja memória descritiva hoje publicamos:

Memória descritiva

«O projecto a que dou o nome de Bairro e que submeto à apreciação da Ex.^{ma} Câmara, foi estudado segundo o local que me indicaram e é destinado à construção de casas, não só para gente pobre como remediada, em virtude de na cidade de Guimarães haver falta de construções tanto para uma classe como para outra.

Sobre o local que me foi apontado e que me obrigou a dar a forma que mostro nos desenhos, julgo que a escolha foi acertada em virtude de se alargar a pouco e pouco a cidade para a parte Norte, que é a mais salubre, dividindo assim a população do conjunto em que vive e conseguindo fazer desaparecer umas vielas más que ligam o Lugar da Fraga com a Rua Dr. José Sampaio e Largo dos Trigais. Portanto, o Bairro que apresento à Ex.^{ma} Câmara, constará de uma Avenida numa rampa muito suave com 20^m de largo, principiando na Rua Dr. José Sampaio e terminando no fim da Rua Serpa Pinto. Essa Avenida que será toda a macadam, com passeios betonilhados para dar um piso agradável, levará ao centro, em toda a sua extensão, um canteiro florido de 3^m de largo, oferecendo assim uma nota fresca e colorida ao conjunto das casas que o circunda.

Haverá uma rua calcetada, de 10^m de largo, que cruzará com a mesma Avenida e que nasce do alargamento da viela dos Trigais, aproveitando-se esta para casas mais pobres, podendo mais tarde prolongar-se para o lado nascente, alargando a viela que vai direita ao Lugar da Pupa, porém com a necessidade de se fazer um esgôto em condições para o escoamento das águas, pois que para esses lados o terreno tem partes que são muito húmidas

devido à grande abundância das mesmas que para esses lados existem soltas.

Quanto à parte que liga a estrada de Fafe com o Largo dos Trigais, pelo facto de ser uma rua de muito trânsito, pois que é uma entrada principal para a cidade, torpei-a mais ampla; para isso far-se-ão alinhar pela fachada da casa do Ex.^{mo} Sr. Joaquim Penafort Lisboa, os terrenos que ficam em frente à antiga muralha, nivelando-se a seguir a parte que fica junto à casa do mesmo, ficando assim uma bela rua com 18^m de largo. Levará um canteiro encostado à mesma muralha, para fazer um bom conjunto com o resto da planta e os seus passeios serão em betonilha com 2^m de largo.

Tanto a Avenida como a Travessa dos Trigais levarão um cano-mestre de esgotos, que cruzará no da Rua Dr. José Sampaio.

Esse cano, que terá 0,80X0,60, será todo em alvenaria com o fundo betonilhado e o resto assente em seço mas feito com solidez para as águas filtradas pela terra poderem com facilidade escapar-se para dentro do mesmo.

Sobre as construções a adoptar direi que serão sobretudo higiénicas, procurando se no decorrer da obra simplificar o mais possível a sua execução.

Não esqueci a construção duma escola primária para ambos os sexos, assim como um pequeno balneário para pobres, pelo facto de estes estabelecimentos serem indispensáveis aos bairros desta natureza, como lá fora se usa.

Todas estas construções terão a cubagem necessária para se poderem habitar, e as suas sentinas, tanto as isoladas como as que existem dentro das casas, levarão um depósito de água com o respectivo tubo para a descarga que lançará os dejectos no cano colector que conduz à fossa geral e que para isso terá de ser construído em local apropriado. Todas as habitações terão uma pequena fossa ou caixa de inspecção no passeio, para a necessária limpeza dos canos.

Finalmente, sobre esta obra, que será um importante melhoramento para esta cidade, direi que o seu orçamento foi feito, exagerando sempre um pouco o preço de todos os materiais, em virtude de tudo hoje estar mais caro. Mas atendendo a que a Praça de S. Tiago, escolhida para a colocação do edificio dos Paços do Concelho, tem de ser toda apropriada, iremos aproveitar muito material que nos vai aliviar o orçamento, material que nos dará para vedações, canos de esgoto, alicerces, guias para passeios, travejamentos e até soalhos que de lá sairão e nos darão para tabiques, etc., sendo tirado isto tudo proporcionalmente à medida que formos construindo o Bairro.

Guimarães, 22 de Janeiro de 1916.

O architecto,

J. Luis Ferreira.

Não vimos a planta a que alude esta memória. Dizem-nos porém que é um trabalho que muito honra o nável arquiteto, filho desta terra, a quem por tal motivo felicitamos.

O sacco das nozes

O abade duma freguesia costumava fazer a sua prática aos domingos, e reprimia os costumes do povo conforme lhe dava o geito. De uma vez disse:

—Eu sei que cá na freguesia anda o costume de obedecerem os homens ás mulheres, o que é contra os mandados das Escrituras, e, como diz o outro, vivem como em casa de Gonçalo, onde pôde mais a galinha do que o galo. Ora eu tive este ano muitas nozes no passal, e aqui declaro que dou um sacco cheio delas ao homem que me mostrar que não anda ao lado da mulher.

Depois da missa, quem se achar, em sua consciência, sem este mau costume, pode ir ao passal buscar as nozes.

Estava na igreja um homem casado, que era muito ralhão, e que tratava a mulher de mau modo; em casa ninguém abria bico diante dele; disse para um que estava à sua beira:

—Nozes já eu tenho, é que ninguém mas tira; pelo menos cá na freguesia ninguém mas tira.

Chegado ao fim da missa, apresentou-se em casa do abade.

—Aqui estou, senhor abade; não ha ninguém aí pela freguesia que seja capaz de dizer que a minha casa é como a de Gonçalo.

—Eu bem sei o teu viver. E pelo que teem dito levias as nozes. Anda cá, vem encher o sacco.

O homem entrou e puchou de um sacco meio; diz-lhe o abade:

—Oh homem, tu não tinhas lá outro sacco maior?

—Tinha, sim, senhor.

—Então porque não trouxeste um sacco bem grande?

—Oh senhor, eu trazia, mas lá a companhia começou a dizer que era vergonha; teimon que trouxesse um mais maneirinho.

—Ah, grande tratante, que não levias daqui nada. Anda, larga tudo, e põe-te já no olho da rua.

O homem foi-se arrependendo, por lhe ter fugido a lingua para a verdade.

«Costumes Trad. do Povo Port.»

TEÓFILO BRAGA.

PEDIDO Á CAMARA

Foi enviado à Câmara pelo syndicante da Escola Municipal um officio do teor seguinte:

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal:—Tendo chegado ao nosso conhecimento que pessoas de reputado conceito público não formulado apreciações e críticas nada primorosas e nada honestas, relativamente à sindicância por nós feita à Escola Municipal; querendo presumir, dada a qualidade dessas pessoas, que o intuito das suas apreciações e críticas apenas tenha em vista promover uma justa defesa do funcionário regente dessa escola, com tais fundamentos vimos mais uma vez pedir à Ex.^{ma} Câmara, a que V. Ex.^a dignamente preside, para que ordene a publicação do relatório dessa sindicância, por nos parecer que isso seria o melhor antidoto a essas apreciações e designios.

Com a publicação desse modesto trabalho — que teve aliás a honra de ser votado e sancionado por quem de direito nêle superintende, — tinha-

MEU PAI

«Pai a floresta, magestosa e triste,
Sob as foices do tempo; os monumentos
Ruem do inverno aos pavorosos ventos:
Chegou a tua vez, meu Pai! calste.

Mas como o odor que a natureza calma
Deixa no largo bosque desfolhado,
Dentro em meu peito, nu e amargurado,
Deixaste-me, ao partir, toda a tua alma,

Ah! nesta terra mortuária e crua,
Meu Pai! a vida é um fumo: esvai-se e some!
Só a memória como a luz flutua!

Poupe-me a morte que hoje te consome,
De-me o Senhor virtude igual à tua,
Que eu talvez seja digno do teu nome.

Luís Guimarães

(Poeta brasileiro.)

Uma Vida feliz

Andar duas horas por dia; dormir sete horas por noite; deitar-se logo que tenha sono; levantar-se logo que acordar; trabalhar desde que esteja levantado.

Comer só quando tiver appetite; beber só quando tiver sede, e sempre devagar. Falar só quando for preciso; escrever só o que se possa assinar; não fazer senão aquilo que se possa dizer. Não esquecer nunca que os outros esperam tudo de nós; e nós não devemos esperar nada dos outros.

Não estimar o dinheiro, nem mais nem menos que ele vale; é um bom servidor mas um mau mestre. Perdoar a todos para ser perdoado; não desprezar o próximo; não o odiar nem se rir dele mas ter dó dos homens.

Pensar na morte todos os dias, vendo a luz e a noite. Quando se sofrer muito deve-se olhar para a dor dos outros; ella consolará e ensinará alguma coisa. Esforçar-se por ser simples, tornar-se util, ficar livre e acreditar em Deus.

Alexandre Dumas (filho).

A República só poderá executar integralmente o seu programa reformador e purificador com a colaboração das camadas genuinamente democráticas.

mos igualmente em vista demonstrar o seguinte:

a) Que não há em todo o processo a mais leve, a mais insignificante referência à vida particular ou íntima do funcionário em questão;

b) Que não deixou de lhe ser facultada a mais ampla defesa, conforme e de harmonia com a lei relativa aos funcionários, como o provam documentos juntos;

c) Que não foram esquecidos os sentimentos de piedade consentâneos com o respeito devido à justiça e à verdade, e, consequentemente;

d) Que mentem, e mentem dum modo reles e vill!, todos quantos, apostados em «salvar» um funcionário, não escrupulisam em morder na dignidade alheia nem tampouco em honrar a própria, condemnando uma sindicância cujos termos desconhecem.

Eis, Ex.^{mo} Sr. Presidente, porque consideramos, mais uma vez, necessário dar publicidade ao relatório da sindicância feita por nós à Escola Municipal.

Saúde e Fraternidade.

Guimarães, 4 de Fevereiro de 1916.

A. L. de Carvalho.

0 31 de Janeiro e os operários

E' pena! Mas é preciso...
Passou a data nacional do 31 de Janeiro, dia de gala decretado pelo governo provisório da República, e quando seria lícito que toda a gente se esquecesse, menos as classes operárias, são precisamente estas que de tal se não lembram, deixando de fazer esta coisa simples, mas significativa: — e hastear as suas bandeiras nos respectivos grêmios e classes!

Porque procederam deste modo as associações operárias? Não o sabemos nós, não o saberão decerto os seus dirigentes.

Procederam assim... talvez, bem decerto talvez, porque consideraram a data do 31 de Janeiro apenas uma data dos partidos da República, senão propriamente uma data do calendário... afonista.

Que miséria de critério de quem assim discorre!

Não vamos aqui agora demonstrar a enormidade deste erro, pois não abunda o espaço para largas dissertações. Apenas saibam isto: O facto histórico de 31 de Janeiro é um acontecimento de grandeza nacional. A alma nacional vive, palpita, ressalta nêle—nesse facto histórico que, quando outro significado não possuísse, este lhe bastava para o impôr à simpatia de todos os portugueses:—foi um protesto de civismo, de brio e amor à nossa independência, foi uma afirmação intrínseca de que as lusitanas energias de outrora ainda não eram mortas.

Ora os operários desta terra não podem sentir-se mal homenageando, glorificando, exaltando os que pereceram nessa madrugada heroica de 31 de Janeiro. A sua colaboração no culto desta data não é abdicção do seu credo—se acaso outro se aquece e nutre em seus peitos. O estímulo patriótico que impulsionou os vencidos de Janeiro é feito da mesma argila que todos os grandes ideais de resgate e de libertação que povos civilizados porventura hajam gerado e sonhado. Foi a ideia da Pátria e não a ideia de Partido que veio à rua bater-se e revelar-se até ao sacrifício. Os operários não lhe são estranhos—ainda mesmo, repetimos, que pretendam ser os arautos duma nova ideia que brilha para lá da República.

Fizeram, pois, mal os dirigentes das associações operárias não se associando com esse, ao menos, elementar preito exterior duma bandeira tremulando ao vento. E, contudo, se mais não discernissem, se mais não quizessem descobrir, ao menos bastaria que copiassem—pelo que fazem os seus companheiros de outras terras.

Faz pena haver ainda, a 5 anos de República, necessidade de observar estas coisas—muito especialmente tratando-se das classes operárias.

E elas sabem porquê...

A crise

Na capital e em outras cidades do sul tem ocorrido acontecimentos de muita gravidade, trazendo como fundamento a carestia das subsistências.

O governo presume que estes factos se relacionem com premeditadas agitações de carácter político.

A situação, felizmente, parece normalizada—não deixando de ser conveniente recomendar na conjuntura toda a serenidade e toda a prudência, pois não é possível, sem ordem, nenhum governo cuidar a sério do magno problema económico e de atender às múltiplas dificuldades do momento.

Sociedade Protectora dos Animais

Reforma dos Estatutos—Prêmios pecuniários—Propaganda repressiva—Registro de transgressões—Nova direcção.

Na última reunião da direcção desta Sociedade foram apresentadas pelo seu presidente as propostas seguintes:

"Que nos termos legais sejam reformados os Estatutos desta Sociedade, no sentido de tornar o mais limitado possível o preço da quota, facilitando assim a inscrição a todos quantos pelo coração nutram sentimentos de bondade pelos animais—A. L. de Carvalho."

Esta proposta foi aprovada, nomeando-se uma comissão destinada a fazer esta e outras alterações nos Estatutos, convocando-se a seu tempo a assembleia geral para as apreciar.

"Que a direcção inscreva no seu orçamento dois prémios pecuniários destinados a contemplar os bons serviços que, segundo as leis repressivas dos maus tratos aos animais, sejam prestados pela guarda nacional republicana ou guarda dos impostos municipais, sendo estes serviços apreciados segundo a nota fornecida pelas mesmas corporações a esta Sociedade no fim de cada ano civil.—A. L. de Carvalho."

Aprovada esta proposta, foi resolvido dar conhecimento dela respectivamente ao comandante da Guarda Republicana e chefe dos Impostos, pedindo-se-lhes ao mesmo tempo autorização para deixar afixar nas suas secretarias um quadro, fornecidos por esta Sociedade, com um resumo sintético das leis repressivas.

"Atendendo quão conveniente se torna propagandar o fim altruista desta Sociedade o qual, pelos sentimentos de bondade que inspira, tanto pode contribuir para a morigeração e aperfeiçoamento dos costumes;

Proponho: Que seja afixado em lugares públicos, e muito especialmente nas escolas primárias, um quadro parietal onde, sobre coloridas figuras de animais, se destaque um brado proteccionista em prol dos mesmos.—A. L. de Carvalho."

Para execução desta proposta foi convidado o distinto professor e sócio sr. José de Pina a aquarelar o referido quadro, o qual será depois confiado a uma litografia, sendo depois enviado um exemplar à Sociedade congénere de Lisboa, a qual prometeu colaborar nesta proposta, facilitando-a assim sob o seu ponto de vista económico.

"Proponho que se mande impaimir um livro de registo, conforme o modelo junto, destinado a receber todas as queixas apresentadas a esta Sociedade e que a mesma, por suficientemente fundamentadas, se encorregue de secundar perante as autoridades respectivas ou remeter para juízo.—A. L. de Carvalho."

Aprovada igualmente esta proposta, foi mais resolvido fornecer à imprensa uma nota mensal dos serviços que esta Sociedade haja dispensado em prol dos animais.

A nova direcção ficou constituída pela seguinte forma: *Assembleia Geral*—presidente, Jeneral António Emílio do Quadros Flores; secretários, Agostinho Rocha e António Virgem dos Santos. *Direcção*—presidente, A. L. de Carvalho; tesoureiro, Simão Costa; secretário, Henrique Gomes, vogais, Raul Rocha e António Andrade. *Vogais suplentes*—João Rodrigues Loureiro, José Luis de Pina, António Soares Pinto de Madureira, Domingos Martins Fernandes, Ernesto de Vasconcelos

Centro Republicano de Guimarães

Esteve brilhante a sessão solene comemorativa da revolta do 31 de Janeiro

Pelas 21 horas de segunda-feira realizou-se com grande lustro a sessão solene comemorativa da jornada insurreccional de 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto. As salas do Centro, que ostentavam uma artística decoração, regorgitaram duma concorrência jamais ali presenciada, vindo-se entre esta algumas senhoras. A convite do presidente da direcção do Centro assumiu a presidência, como representante do município vimaranense, o cidadão Mariano da Rocha Felgueiras, nomeando para secretários os cidadãos Abel de Vasconcelos Cardoso, director da Escola Industrial, e o ex-1.º cabo de caçadores o Afonso, revolucionário do 31 de Janeiro. Proferidas algumas palavras pela presidência, alusivas ao acto que ali se comemorava, foi concedida a palavra ao cidadão A. L. de Carvalho, o qual durante perto duma hora fêz uma desenvolvida narrativa do que foi essa jornada heroica da revolta do Porto, sendo muito aplaudido.

Falou em seguida o sr. dr. Eduardo d'Almeida, produzindo uma oração brilhante e primorosa, como sempre que o nosso presado amigo nos dá o gosto de se fazer ouvir.

Encerrada a sessão com palavras de homenagem aos precursores da República e incitamento patriótico aos seus continuadores, foi entre quentes manifestações e acordes da Portuguesa que a sessão deu lugar ao Grupo Musical 1.º de Junho, executando este, sob a distinta regência do sr. Alvaro Ventura, alguns lindos números de música, os quais foram vibrantemente aplaudidos pela grande assistência.

A direcção do Centro ofereceu um bizarro copo d'água ao distinto Grupo Musical 1.º de Junho, que é composto de 20 figuras, levando estes a sua deferência até prolongarem o seu programa, noite fora, transformando deste modo a sessão numa festa atraente e alegre.

Em nome da direcção do Centro Republicano de Guimarães aqui lhe exaramos o mais sentido reconhecimento.

Os edificios públicos tiveram as suas bandeiras içadas, iluminando à noite.

A banda regimental tocou no jardim público.

Noticias

Romaria—Foi pouca concorrida a romaria da Senhora da Luz, realizada ontem na freguesia de Creixomil.

Casamento—Na paroquial de S. Sebastião, realizou-se o enlace matrimonial da sr.ª D. Maria Cristina Pereira da Silva, gentil filha do sr. António Pereira da Silva, negociante ao Passeio da Independência, com o nosso amigo sr. José Mendes de Oliveira, filho do industrial sr. António José de Oliveira.

Paraninfaram por parte da noiva seus pais, António Pereira da Silva e D. Francisca Campos da Silva; e por parte do noivo, também seus pais, António José de Oliveira e D. Luiza Rosa Mendes.

Após a cerimónia religiosa, foi-lhes servido em casa dos pais da noiva um delicioso copo de agua, depois do que seguiram para a linda vivenda de Penacova, em Silvares, deste concelho, onde tencionam passar alguns dias, seguindo depois, em viagem recreativa, por Braga, Porto e Lisboa. Na «corbeille» dos conjugues viam-se muitas e valiosas prendas. Que a felicidade os torne ditosos.

Incêndio—Manifestou-se na passada sexta-feira pelas 19 horas, um incêndio num prédio da rua Egas Moniz, o qual não causou prejuizo de importância.

Associação Comercial—Reune no próximo domingo em assembleia geral, para se proceder á eleição dos seus novos corpos gerentes, esta prestante colectividade vimaranense.

Contribuições—As reclamações que até agora tinham que ser apresentadas na secretaria de finanças de 5 a 10 de Dezembro, para os efeitos de ser anulada a contribuição respeitante ao período porque não foi exercida a industria respectiva, deverão ser apresentados de futuro na mesma secretaria de 1 de Janeiro a 30 de Março, sobrestando o contribuinte o seu pagamento até que seja deferida a reclamação apresentada á junta de repartidores.

Até 29 do corrente pagam-se voluntariamente as contribuições predial, industrial, suntuária de juros e de taxa militar de 1915.

Preços dos cereais

Os preços dos cereais no último mercado foram os seguintes:

Milho branco, o alqueire	70
" amarelo "	68
" alvo "	90
Centeio	98
Feijão branco	180
" moleiro "	110
" amarelo "	80
" fradinho "	100
Painço	100
Batatas	80
Galinhas uma	50
Ovos dúzia	18

Editos de 30 dias

(1.ª Publicação)

No Juizo de Direito da comarca de Guimarães, e cartório do escrivão, abaixo assinado, se processaram uns autos de acção de divórcio proposta por D. Tomásia do Carmo Barros, doméstica, do lugar da Mógada, freguesia de S. Clemente de Sande, da mesma comarca, contra seu marido Joaquim Pereira Branco Júnior, ausente em parte incerta, sendo a final, por sentença de 22 de Novembro de 1915, a qual já transitou em julgado, decretado o divórcio e condenado o réu nas custas e selos do processo; e nos mesmos autos correm editos de trinta dias, que começarão a contar-se após a segunda e última publicação deste anúncio, citando o referido Joaquim Pereira

Branco Júnior, auzente em parte incerta, para no prazo de dez dias, posterior ao dos mesmos editos, pagar a quantia de setenta e sete escudos e oitenta e seis centavos e meio, importância de selos e custas contadas no aludido processo, e em divida a este Juizo, ou nomear bens á penhora, suficientes para o pagamento daquela importância, sob pena de se devolver o direito de os nomear ao Magistrado do Ministério Público.

Guimarães, 29 de Janeiro de 1916.

Verifiquei a exactidão,

O Juiz de Direito,

Santos.

O escrivão do 4.º officio,

Joaquim Penafort Lisboa.

A Junta de Paróquia da freguesia de S. Sebastião de Guimarães:

Faz saber, para os devidos efectos, que se acham patentes durante oito dias, em casa do tesoureiro da mesma, cidadão António Antunes de Castro, morador no largo do Trovador, desta freguesia, as contas paroquiais relativas ao ano findo, para que possam ser examinadas e contra elas de duzir-se qualquer reclamação.

Sala das sessões da junta, 1 de Fevereiro de 1916.

O presidente,

José de Oliveira Meira.

Machinas de Costura "Singer," e outras marcas

Vendem-se a 500 réis semanaes ou a dinheiro, com grandes descontos, em Guimarães

Benjamin de Matos

com estabelecimento de fazendas, bicycletas e seus accessorios.

TOURAL, 105.

Alfaiataria Londres

Praça D. Afonso Henriques, 49

F. Silva Assunção

Alfaiate

Nesta alfaiataria confecciona-se toda a qualidade de fatos para homens e crianças, a feitio, com forros e sem eles.



Casa Penhorista Vimaranesense

Fundada em 1880

Propriedade de **PEIXOTO & ROCHA**

legalmente habilitados

Operações sobre valores de ouro, prata, platina, pedras preciosas e papeis de crédito

Rua da República, 144—GUIMARÃES

OS JESUITAS (1)

O seu catecismo

A *Mónita Secreta* é o catecismo secreto dos Jesuitas, que, intetessados nisso, tem negado o texto respectivo.

Este documento foi colleccionado sobre o manuscrito latino proveniente da successão do padre Brothier, último bibliotecário dos jesuitas de Paris antes da revolução, e está conforme a edição de Paderborn de 1661, assim como ao manuscrito autêntico que se encontra nos arquivos do reino da Bélgica, no palácio da justiça de Bruxelas, sob o seguinte título:

Secreta mónita ou advis secrets de la Société de Jésus (2).

Eis a história deste manuscrito, ao qual falta uma folha, e que está catalogado sob o número 730.

Por ocasião da expulsão dos jesuitas, em 1773, esta ordem possuía nos Países Baixos, entre diversas propriedades importantes, um colégio em Ruremonde, província do Limburgo holandês. O governo nomeou uma comissão para tratar da liquidação dos bens da Companhia, e o conselheiro Zuytgens foi enviado especialmente a Ruremonde, a fim de proceder ao inventário.

Sendo, porém, suspeito de pretender, por complacência para com os padres, esconder certos livros, recebeu da Comissão or-

(1) Estudo escrito por A. Andrei, em seguida à revolução de 1870 e numa ocasião em que os Jesuitas mais trabalhavam para fazer da França o seu Albergue.

(2) Nota do tradutor: «O dr. Melo de Moraes, afirma na sua *Corografia Histórica do Império do Brasil*, que na biblioteca do Rio de Janeiro existe um autógrafo da *Mónita Secreta*, que o padre Frei Caminho do Monte diz ter sido encontrado no colégio dos padres da Companhia, em Lisboa, no ano de 1759.»

dem expressa para remeter imediatamente e sem excepção todos e quaisquer papeis. Entre eles foi encontrado o manuscrito da *Mónita Secreta*.

A prova de tudo isto acha-se nos arquivos de Bruxelas, no *Protocolo das deliberações do comité estabelecido para tratar dos negócios resultantes da supressão da Sociedade dos Jesuitas, nos Países Baixos*.

A *Mónita Secreta* divide-se em capítulos, dos quais vamos, em resumo, dar as principais instruções:

CAPITULO PRIMEIRO

Para captarem as sympathias dos habitantes da povoação em que pretendem estabelecer-se (os jesuitas) torna-se necessário praticar actos da maior humildade, visitando os pobres, os aflitos, os presos, fazendo-se amar pela prática de acções caritativas, dando esmolas aos pobres; não adquirir terreno senão a título de empréstimo e extorquir às viúvas ricas as maiores somas, fazendo-lhes ver a sua extrema necessidade.

CAPITULO SEGUNDO

Travar relações com as pessoas principais da povoação e animá-las, mesmo nas suas acções odiosas, para depois se fazerem seus protectores e aliados; captar as graças dos príncipes e dos seus criados, oferecendo a estes pequenas dvidas para conhecerem as inclinações dos amos; descobrir os pensamentos mais secretos das famílias por meio das criadas de quarto.

CAPITULO TERCEIRO

Procurar a protecção dos poderosos, empregando-a contra os inimigos da Companhia e servir-se, em segredo ou tacitamente, dos nomes dos grandes na aquisição de bens temporais.

CAPITULO QUARTO

Não se intrometer nos negócios públicos, metendo porém neles amigos dedicados e poderosos; pesquisar e publicar com prudência as faltas dos outros religiosos, fazendo opposição áqueles que pretendam fundar escolas para instruir a juventude.

CAPITULO QUINTO

Evitar a instalação das escolas estranhas á Companhia, a quem deve ser

exclusivamente confiada a mocidade, fazendo-se crer aos príncipes e aos magistrados, que só o seu ensino evitará a perturbação dos estados.

CAPITULO SEXTO

Escolher, para visitar as viúvas, padres de uma compleição viva e de conversação agradável; afastar as viúvas da vida mundana, modificando prudentemente a direcção da sua casa, fazendo com que pouco a pouco se vão despedindo os seus criados para serem substituídos por outros dedicados á Companhia; aconselhá-las a que se vão confessar amudadas vezes para irem conhecendo o seu modo de pensar; defender as vantagens do estado de viuvez e mostrar os inconvenientes do casamento, propondo-lhes pretendentes que sabem que as viúvas odeiam, calunhando áqueles que lhes pretendem agradar e impellido o convívio com os homens.

CAPITULO SÉTIMO

Habituar as viúvas a darem todas as semanas uma esmola para Jesus Cristo, para a Virgem Santa, para outro qualquer santo ou igreja, «até que sejam inteiramente despojadas das prinicias e despojos do Egipto», deixando-as entrar no jardim e no colégio, contanto que isso se faça secretamente, permitindo-lhes que se recreiem em segredo com áqueles que mais lhe agradarem.

Se fizerem voto de castidade, que o renovem duas vezes por ano, segundo o nosso hábito, concedendo-lhes nesses dias um recreio honesto com os nossos; tratá-las com meiguice nas confissões e fazer com que elas deixem de visitar as outras igrejas e governar-lhes a casa em segredo. Os confessores deverão guiá-las de forma que paguem ordinariamente penções e tributos annuaes ás casas professas, para que prodigam, especialmente á casa professa de Roma, saldando-lhe as dvidas.

CAPITULO OITAVO

Aconselhar as mães a que recusem aos filhos vestidos luxuosos, mostrando-lhes as dificuldades do casamento e os encantos do celibato, conduzindo-as por forma que façam aborrecer as filhas de viverem com as mães e pensem em se fazerem religiosas, praticando o mesmo com respeito aos filhos.

CAPITULO NONO

Os confessores dos poderosos, dos reis, das viúvas, não devem deixar escapar ocasião alguma de adquirirem bens temporais e recebê-los logo que lhes sejam oferecidos; indagarão dos penitentes o seu nome, a sua família, os seus parentes, os seus amigos e a sua fortuna; informar-se-hão das suas successões, do seu estado, das suas in-

tenções e resoluções; torná-los-hão favoráveis á Companhia, fazendo o mesmo com os burguezes ricos e casados sem filhos, dos quais pode vir a ser herdeira. Quando um confessor encontrar uma penitente de fortuna avisará logo o reitor e procurará por todos os meios captar-lhe as sympathias. Quando um individuo tiver um filho único, deve inspirar-se a este toda a sorte de receios de seus pais, mostrando-lhe quanto seria agradável a Deus o sacrificio de abandonar o lar doméstico, ás ocultas dos pais. Conseguido isto, enviá-lo-hão para um noviciado muito afastado, prevenindo o Geral. Induzir as viúvas e outras personagens importantes a dar toda a sua fortuna á Companhia, reservando-se unicamente o usufruto.

Ter médicos dedicados junto dos enfermos para que sejam chamados nos últimos momentos.

Dizer ás mulheres casadas que lastimam a vida desregrada de seus maridos, que podem ceder em segredo algumas somas para expiar os pecados de seus maridos e obter do céu o seu perdão.

CAPITULO DÉCIMO

Despedir da Companhia qualquer individuo que mostre mais afeição á sua familia do que á Companhia, despedindo igualmente todos os outros que mostrarem escrupulo em adquirir bens para ella.

CAPITULO DÉCIMO PRIMEIRO

A alcançar daqueles que são despedidos a promessa escrita ou por meio de juramento que jamais dirão ou escreverão coisa que prejudique a Companhia; escrever a todos os colegas, mal-dizendo os que tiverem de ser despedidos, «exagerando os motivos do seu afastamento»; espionar e tornar público tudo o que apurarem contra eles. Se, porém, não praticarem actos dignos de repreensão, deverão atenuar por meio de discursos tudo o que puderem fazer digno de louvor.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

Conservar na Companhia os confessores dos grandes e todos áqueles que conheçam segredos, assim como os velhos que servirão para contar aos superiores as faltas que notarem entre os outros, afim de se evitar a má reputação da Companhia. Igualmente serão

conservados os homens ricos até ao momento em que se resolvam a fazer doação de toda a sua fortuna á Companhia, que não lhes deve recusar coisa alguma, mas logo que a doação seja um facto, começarão a mortificá-los como aos outros».

CAPITULO DÉCIMO TERCEIRO

Escolher os mancebos espirituosos, elegantes, nobres e ricos, rodeá-los de uma particular afeição, mostrando-lhes quanto a Deus é agradável que lhe consagrem a sua vida com tudo que possuem, ao mesmo tempo que lhes vão oferecendo algumas dádivas e, se não obedecem ao chamamento divino, então amedrontá-los com as penas eternas.

Advertir-lhes de que não devem participar a sua vocação a nenhum dos seus amigos, nem a seus próprios pais, enquanto não derem entrada na Companhia, separar os filhos de suas familias, mandando-os para universidades longinquas.

CAPITULO DÉCIMO QUARTO

Afastar da Companhia todo áquêle que alguma vez tenha praticado algum mau acto contra ella, contra a sua honra ou proveito próprio. Se um confessor souber, por pessoas estranhas que se cometeram actos vergonhosos com alguma pessoa da Companhia, não deve absolvê-las sem que primeiro digam o nome daquêle com quem pecaram e, dizendo-o, fazê-las jurar que nunca o dirão a ninguém, sem que a Companhia lho consinta. Se dois jesuitas tiverem pecado, por obras, contra a castidade, áquêle que o declarar primeiramente será conservado na Companhia, sendo o outro expulso. Maltratar todo áquêle que se tenha em vista expulsar, collocando-o sob as vistas de superiores severos, que o afastem de funções honrosas até que comece a murmurar; calunniá-lo, censurá-lo, dar-lhe rudes castigos, humilhá-lo em público, apresentando-o como um individuo pernicioso á Companhia.

CAPITULO DÉCIMO QUINTO

Procurar as confissões das religiosas pois que as abadesas ricas e nobres podem servir de grande auxilio á Companhia, tanto por si como por seus amigos e parentes.



A MAIS ECONÓMICA,

A MAIS MODERNA

A QUE REUNE

TODOS OS

APERFEIÇOAMENTOS,

A MAIS SOLIDA

1 Watt por vela
5 a 100 velas
110 volts

1 Watt por vela
10 a 100 velas
220 volts

1 1/2 Watt por vela
110 e 220 volts
10 a 6.000 velas

Peçam em toda a parte a lâmpada

“SERENA”



ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura

Preço das publicações

Ano	1\$200 rs.
Semestre	600 "
Brazil, ano (moeda forte)	2\$500 "
Número avulso	20 "

Anuncios e comunicados, por linha	40 rs.
Repetição, por linha	20 "
Permanentes, contracto convencional.	
Anuncios, não judiciais, para os srs. assinantes 25 % de abatimento.	

ALVORADA

Do Cidadão